

## **Vinte Anos de Plano Real e seus impactos na cesta básica**

O Brasil vivenciava um contexto instável desde a década de 1980, quando a inflação verificada ultrapassava a marca de 2000% ao ano, o endividamento público atingia níveis preocupantes e os indicadores socioeconômicos apresentavam uma realidade social difícil, em que o consumo das famílias e o investimento das empresas estavam claramente comprometidos. Assim, o Brasil chegou aos anos 1990 herdando um enorme passivo social, já que os planos econômicos da década de 1980 não foram capazes de estabilizar a economia e o fomentar bem-estar social.

No curto governo de Itamar Franco iniciou-se a elaboração do Plano Real, sob a liderança do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e colaboração de uma equipe de economistas ligada ao mercado financeiro e ao meio acadêmico. O plano buscou a estabilidade macroeconômica, a desestatização da economia, abertura ao capital estrangeiro e seguir outras diretrizes sugeridas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

O plano logrou êxito em estabilizar a economia brasileira mesmo com os indicadores sociais desfavoráveis no momento, o plano conseguiu resgatar a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros, bem como recuperar as funções básicas de uma moeda: reserva de valor, meio de troca e unidade de conta. O novo plano foi desdobrado em etapas, diferentemente dos planos anteriores.

O Real inicialmente suspendeu a moratória decretada ao final dos anos 1980, negociou novamente a dívida externa, aplicou uma política monetária ortodoxa de juros altos para conter a escalada inflacionária, criou o Fundo Social de Emergência (FSE) para dar suporte à política fiscal restritiva e valorizou o câmbio. Além disso, o país experimentou a existência de uma segunda moeda simultaneamente, a Unidade Real de Valor (URV), que servia como unidade de conta, ou seja, indexava os valores de preços e contratos até que a nova moeda, o real, estivesse estabelecida.

A partir de 1º de Julho de 1994 a URV foi convertida em Real, sendo fixada uma taxa de conversão de R\$ 1,00 para CR\$ 2750,00, já que este era o valor da URV. A taxa de câmbio foi fixada em, no máximo, R\$ 1,00/US\$ 1,00. O plano real mostrou-se eficiente no combate

ao processo inflacionário, no final de 1993 a inflação verificada foi de 2489,0%, enquanto que em 1998 foi de 2,5%, conforme o Banco Central.

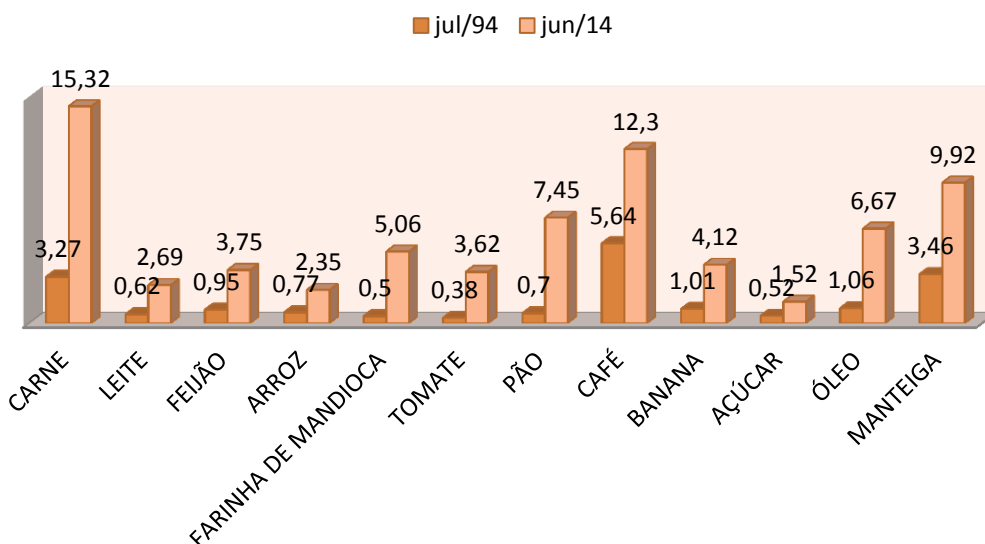
A redução da inflação foi obtida através de enorme redução de gastos públicos, déficits crônicos na balança comercial e elevadas taxas de juros. À medida que a inflação diminuía, o crescimento econômico também diminuía, ocasionando aumento da desocupação e da informalidade. Contudo, a partir de 1999 o país começava a sentir o avanço da inflação em função de alguns acontecimentos externos no período e em virtude de algumas políticas adotadas como a desvalorização do câmbio paralela ao aumento dos juros.

O governo passou a adotar o sistema de metas de inflação através do Banco Central para contornar o processo inflacionário a partir de 1999, tal sistema é existente nos dias atuais. O sistema de metas obteve sucesso na sua principal missão, com resultados visíveis a partir de 2002. Hoje o país experimenta taxas de inflação dentro da meta estabelecida pelo Banco Central e pelo mercado, apesar de constantes pressões inflacionárias em direção ao teto estabelecido.

A cesta básica é um dos principais indicadores utilizados para se monitorar a evolução dos preços dos itens essenciais ao consumo das famílias. Entre a edição do Plano Real e a atualidade, verifica-se um aumento significativo no preço dos itens que compõem a cesta básica, com destaque para o pão francês, cujo quilo era sendo a R\$ 0,70 e chegou a R\$ 7,45, variando 964,29%. A farinha de mandioca era vendida a R\$ 0,50 por quilo, passando a mesma quantidade vendida a R\$ 5,45, representando variação de 912,0%.

A terceira maior alta foi no preço do tomate, produto que obteve maior aumento desde 1994, em função de razões climáticas frequentemente. O produto era vendido por R\$ 0,38 por kg em Junho de 1994 e em Julho do ano vigente chegou a R\$ 3,62, significando uma variação de 852,63%. O gráfico a seguir mostra o preço dos produtos que compõem a cesta básica em 1994 e 2014, respectivamente:

## Varição percentual da cesta básica nos meses de julho de 1994 e junho de 2014



Fonte: Seplande-AL/Sinc/IPC

Os produtos da cesta básica, em geral, ficaram 433,53% mais caros desde julho de 1994, levando em conta que a cesta básica em julho de 1994 custava R\$49,98 e atualmente custa R\$266,66. A tabela a seguir mostra a variação percentual no preço dos produtos integrantes da cesta básica:

Varição percentual da cesta básica nos meses de julho de 1994 e junho de 2014			
PRODUTOS	jul/94	jun/14	Varição
CARNE	3,27	15,32	368,50
LEITE	0,62	2,69	333,87
FEIJÃO	0,95	3,75	294,74
ARROZ	0,77	2,35	205,19
FARINHA DE MANDIOCA	0,5	5,06	912,00
TOMATE	0,38	3,62	852,63
PÃO	0,7	7,45	964,29
CAFÉ	5,64	12,3	118,09
BANANA	1,01	4,12	307,92
AÇÚCAR	0,52	1,52	192,31
ÓLEO	1,06	6,67	529,25
MANTEIGA	3,46	9,92	186,71

Fonte: Seplande-AL/Sinc/IPC

A partir dos números disponíveis, pode-se verificar a evolução crescente dos itens presentes no cotidiano das famílias brasileiras, mas há que se considerar também o aumento do poder de compra das famílias nos últimos anos. O salário mínimo também cresceu de modo significativo, de modo a não ser corroído pela inflação e se tornando um dos nossos principais indexadores.

Atualmente, o Brasil goza de estabilidade econômica, apesar das pressões inflacionárias, e crescimento modesto. O Real representou um marco, pois trouxe uma moeda confiável e construiu uma nova realidade para o país, que não pôde ser constatada imediatamente com sua edição. Os desafios para a economia brasileira ainda são muitos, cabendo-nos aprender com os erros e acertos, mas reconhecendo as conquistas alcançadas nos últimos vinte anos.